DocuSign Envelope ID: 1EEC6745-C192-4F6E-B1D4-4D62E3DFAFFF

→ continuação

A Companhia possui passivos contingentes relacionados de 3 processos com probabilidade de perda possível que montam R$ 36 em 31 dezembro de 2020 (R$ 5 em 31/12/2019). Este saldo está dividido entre R$ 2 mil da Controladora e R$ 34 mil da Controlada PJBank, dos quais utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, em consonância com os preceitos do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Em 2020 não houve contingências relevantes com possibilidades de perda provável ou possível. Cabe esclarecer que, conforme CPC mencionado acima, a Companhia não constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e remota.

22. Salários, férias e encargos sociais:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Salários e Pró-labore a pagar	1.001	676	2.125	1.299
Participação nos lucros e resultados	758	–	1.495	–
Encargos sociais a recolher	624	304	1.177	556
Provisão de férias e encargos	1.781	882	3.168	1.620
	4.164	1.864	7.965	3.475
Circulante	4.164	1.864	7.965	3.475

23. Impostos e contribuições a recolher:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
IRRF a recolher	522	353	584	697
Outros Impostos retidos a recolher	39	1.005	42	1.067
ISSQN a recolher	81	63	275	347
PIS a recolher	23	15	107	68
COFINS a recolher	107	72	493	318
Outros impostos	7	3	13	5
	779	1.711	1.514	2.481
Circulante	779	1.711	1.514	2.481

24. Imposto de renda e contribuição social: a. IRPJ e CSLL a recolher:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
IRPJ a pagar	–	–	264	142
CSLL a pagar	–	81	38	85
	–	264	302	227
Circulante	–	264	302	227

O imposto a recolher demonstrado refere-se à controlada PJBank.

b. Valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(363)	(20.934)	1.410	(19.462)
Alíquota fiscal combinada	24%	24%	24%	24%
Imposto pela alíquota combinada	–	–	338	–
Antecipações no ano	–	–	–	757
Despesas não dedutíveis	–	–	141	388
Exclusões	–	–	(168)	–
Equivalência patrimonial	–	–	1.021	–
Adicional 10% IR	–	–	582	464
Prejuízos de controladas	–	–	188	–
Benefício fiscal inovação tecnológica	–	–	(710)	(657)
Outros	43	–	140	–
IR e CS corrente no resultado do período	43	(710)	2.052	752

Em dezembro de 2019 a Companhia elaborou o plano de inovação tecnológica resultando no registro de um crédito de R$ 710 na Controladora e R$ 857 no Consolidado contra impostos a recuperar, fato que não ocorreu no exercício findo em 31/12/2020. **c. Prejuízos fiscais a compensar:** A Controladora e suas Controladas foram optantes pelo regime tributário de lucro presumido e do Simples Nacional em exercícios anteriores, portanto, passa a assumir como prejuízos fiscais apurados no exercício findo em 31/12/2020 no montante de R$ 24.000 (R$ 17.903 em 2019). O PJBank foi optando pelo regime de tributação do lucro presumido até o exercício findo em 31/12/2017, passando para o lucro real a partir de 1º de janeiro de 2018. **d. Subvenções governamentais:** A Companhia não possui subvenções governamentais. **25. Repasse de terceiros:** O montante de R$ 71.220 (R$ 55.642 em 2019) no Consolidado e controlada PJBank refere-se a pagamentos S.A. ("PJBank") referente ao recebimento em sua conta corrente dos boletos liquidados. Subsequentemente, a empresa efetua o repasse aos fornecedores em D+2 (salvo estará disponível dos dias após solicitação), conforme desenho no reconhecimento da receita do PJBank (vide nota explicativa nº 7(d)).

26. Contas a pagar de aquisições:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Aquisição Base (a)	4.690	–	4.690	–
	4.690	–	4.690	–
Contas a pagar de aquisições	4.690	–	4.690	–
Circulante	204	–	1.204	–
Não circulante	3.686	–	3.686	–

(a) Em 31/07/2020, a Superlógica conclui a aquisição de 90,0% de participação na Base Software, empresa que fornece sistemas para software para os mercados condominial e imobiliário. A Superlógica já havia adquirido 10% da participação em janeiro de 2019. Adicionalmente, existe uma opção de preço contingente (earn-out) no montante de R$ 3.658 cujo pagamento está condicionado à quantidade de clientes da Base que migraram para a Superlógica que permanecerem ativos no 24º mês após a fusão.

27. Outros passivos:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Adiantamento de clientes	–	–	1.000	–
Outros	38	–	351	16
Outros passivos	38	–	1.351	16
Circulante	38	–	421	16
Não circulante	–	–	930	–

28. Capital Social e Reservas: a. Capital Social Controladora: O quadro acionário da Companhia está demonstrado conforme abaixo:

Superlógica Tecnologias S.A.	31/12/2020 Quantidade de Ações	Tipo	R$ mil	%
WP Tamaroa Holdco S.A.	15.292	Ordinárias	108.814	45,89%
Exponencial Lógica FIPM	5.240	Ordinárias	37.310	15,73%
Carlos Henrique Cilea	4.481	Ordinárias	31.903	13,45%
Luis Fernando Cilea	4.481	Ordinárias	31.903	13,45%
Lincoln Cesar do Amaral Filho	3.474	Ordinárias	24.736	10,43%
Outros acionistas	332	Preferenciais	2.597	1,095%
Capital social integralizado	**33.321**	–	**237.233**	**100,00%**
A integralizar	–	–	112.293	–
	–	–	125.000	–

Superlógica Tecnologias S.A.	31/12/2019 Quantidade de Ações	Tipo	R$ mil	%
ON-WP Tamaroa Holdco S.A.	15.292	Ordinárias	110.290	44,98%
ON-Exponencial Lógica FIPM	5.320	Ordinárias	42.899	17,41%
ON-Carlos Henrique Cilea	4.491	Ordinárias	32.393	13,21%
ON-Luis Fernando Cilea	4.491	Ordinárias	32.393	13,21%
ON-Lincoln Cesar do Amaral Filho	3.474	Ordinárias	25.058	10,22%
PN-Ações	332	Preferenciais	2.390	0,97%
Capital Social	**34.001**	–	**245.223**	**100,00%**

(i) Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária de 10/08/2020, a Controladora resgatou do acionista Exponencial Lógica FIPM o montante a quantidade de 680 ações, no montante de R$ 7.990 de sua participação as quais foram canceladas sem redução de capital. **b. Ações ordinárias e preferenciais:** Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. As ações preferenciais também ações preferenciais e os respectivos acionistas têm a preferência sobre o pagamento dos dividendos, através de um dividendo mínimo obrigatório a ser computado. Em caso de liquidação da Companhia, os acionistas preferenciais gozarão de prioridade no reembolso, sem prioridade, no caso de ações ordinárias. **c. Natureza e propósito das reservas: (i)** *Reservas de capital:* A reserva de capital no montante de R$ 2.844 foi constituída pela subscrição de ações que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social descritas na ata de assembleia extraordinária datada de 1º de junho de 2018, e portanto, refere-se ao ágio na emissão dessas ações, estando em conformidade com o disposto no artigo 182, parágrafo 1º, inciso "a" da Lei 6.404/76 (Lei das sociedades por ações). **(ii) Reserva de lucros:** Reserva Legal: É constituída obrigatoriamente para empresas de sociedade anônima à razão de 5% de lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante das Reservas de Capital, atingir 30% do capital social. Considerando que o saldo da Reserva de Capital descrita na nota explicativa nº 28(c) acima representa mais de 30% do capital social da Controladora em 31/12/2020, a Administração optou em não constituir a reserva legal, como permitido pela Lei 6.404/76. Esta reserva de capital poderá ser capitalizada no capital social futuramente. Reserva de retenção de lucros: É destinada à aplicação em investimentos futuros. **(iii) Ações em tesouraria:** A Companhia não possui ações em tesouraria. **d. Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina em seu artigo 31 a distribuição de dividendos anuais de 25% do resultado do período, ajustado na forma da Lei 6.404/76 (do que for maior). Os dividendos não cumulativos, se aplicável: (i) importância destinada à formação de reserva de lucros, nos termos do artigo 194 da Lei; (ii) importância destinada à reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão de reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 197 do mesmo diploma legal. Em 31/12/2020, incisos I ou II da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76). **29. Gerenciamento do capital:** A política da Diretoria é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e desenvolver o mercado futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para ações ordinárias. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O índice do retorno do capital usado um índice de alavancagem representado pela "dívida líquida", dividido pelo "patrimônio líquido ajustado". A dívida líquida é calculada como o total do passivo (conforme apresentado no balanço patrimonial) menos caixa e equivalentes de caixa. O índice de alavancagem do Grupo é apresentado a seguir:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Total do passivo	12.593	6.766	80.252	56.213
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(65.083)	(1.007)	(146.511)	(56.778)
(-) Aplicações financeiras	(4.113)	(84.767)	(4.113)	(99.720)
Dívida líquida	**(56.613)**	**(89.008)**	**(60.362)**	**(100.285)**
Total do patrimônio Líquido	84.224	110.751	84.224	110.751
Índice de alavancagem	**-90%**	**-87%**	**-84%**	**-98%**

30. Instrumentos financeiros: a. Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Valor justo contra valor contábil: O valor justo dos ativos e passivos financeiros, com exceção dos valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

	Nível hierarquia do valor justo	Controladora 31/12/2020 Valor contábil	Controladora 31/12/2020 Valor justo	Controladora 31/12/2019 Valor contábil	Controladora 31/12/2019 Valor justo
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Caixa e bancos	2	1.117	1.117	–	–
Fundo de Investimentos DI (TVM)	2	–	–	94.767	94.767
Cotas de Fundos Depósitos Bancários (CEC)	2	63.973	63.973	–	–
RDC-Recibo Depósito Cooperativo (CEC)	2	3	3	3	3
Conta de custódia	2	4.113	4.113	–	–
Aplicação compromissada (d)	2	–	–	–	–
Debêntures a receber	2	60	60	–	–
		69.266	**69.266**	**94.769**	**94.769**
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Fornecedores	2	2.702	2.702	2.947	2.947
		2.702	**2.702**	**2.947**	**2.947**

	Nível hierarquia do valor justo	Consolidado 31/12/2020 Valor contábil	Consolidado 31/12/2020 Valor justo	Consolidado 31/12/2019 Valor contábil	Consolidado 31/12/2019 Valor justo
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Caixa e bancos	2	45.992	45.992	–	–
Fundo de investimentos DI (TVM)	2	–	–	99.027	99.027
CDB-Certificado Depósito Bancário (CEC)	2	77.468	77.468	951	951
RDC-Recibo Depósito Cooperativo (CEC)	2	731	731	723	723
Conta de custódia	2	4.113	4.113	–	–
Aplicação compromissada (d)	2	22.324	22.324	–	–
Debêntures a receber	2	–	–	–	–
		150.628	**150.628**	**101.394**	**101.394**
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Contas a pagar de aquisições	2	4.690	4.690	–	–
Repasse de terceiros	2	71.220	71.220	55.642	55.642
		75.910	**75.910**	**55.642**	**55.642**
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	3.113	3.113	3.156	3.156
		3.113	**3.113**	**3.156**	**3.156**

Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quando possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas na técnica de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **b. Gerenciamento dos riscos financeiros:** O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez e Risco de mercado. **(i)** *Estrutura de gerenciamento de risco:* A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo, a qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de suas políticas de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças em condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **(ii)** *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco do Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima de crédito. Contas a receber e ativos de contato: A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento. Detalhes sobre a concentração de receita estão nas notas explicativas 30. O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento, conforme política descrita na nota explicativa nº 11(a). **Caixa e equivalentes de caixa:** São mantidos com bancos e instituições financeiras reconhecidas de reputação sólida e classificação de crédito de primeira. O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contraparte. **(iii)** *Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco de que o Grupo lá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sem incorrer em custos inaceitáveis ou com danos para a sua reputação. O Grupo busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos de curto prazo em um montante superior ao saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. **(iv)** *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - taxa cambial taxa de juros, preços de ações – não afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **(v)** *Análise de sensibilidade:* Uma alteração de 25% nas taxas de juro, CDI e valor de preço das ações na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

	Consolidado Resultado do Exercício Valor- Desvalo- valor 2020	Consolidado Resultado do Exercício Valor- Desvalo- valor 2019	Consolidado Patrimônio Líquido Valor- Desvalo- valor 2020	Consolidado Patrimônio Líquido Valor- Desvalo- valor 2019
31/12/2020				
CDB-Certificado Depósitos Bancários (CEC)	264	264	264	264
RDC-Recibo Depósito Cooperativo (CEC)	2	(2)	2	2
Compromissada - Venda de títulos com compromisso	–	–	–	–
Comprar e do cliente de revender	29	(29)	29	29
31/12/2019				
Ações mensuradas pelo VJR (TVM)	42	(42)	42	(42)
RDC-Recibo Depósito Cooperativo (TVM)	2	(2)	2	(2)
Fundo de investimentos DI (TVM)	97	(97)	97	(97)
CDB-Certificado Depósitos Bancários (CEC)	15	(15)	15	(15)
RDC-Recibo Depósito Cooperativo (CEC)	5	(5)	5	(5)

Risco cambial: O Grupo está exposto a risco cambial com operações estrangeiras decorrentes da diferença entre as moedas principais em compras com fornecedores estrangeiros de prestação de serviços de armazenagem de dados os quais possuem prazo médio de pagamento de aproximadamente 45 dias. **31. Receita operacional líquida:** Fluxos de receitas: Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita bruta fiscal	**38.153**	**29.192**	**120.305**	**82.902**
Deduções da receita sobre vendas	(2.155)	(1.631)	(12.329)	(9.175)
Descontos e cancelamentos	(3.284)	(1.284)	(3.284)	(1.284)
Receita líquida	**32.714**	**26.277**	**104.693**	**72.343**

Impostos sobre as vendas são basicamente compostos por Imposto Sobre Serviços - ISS na alíquota de 5%, Programa de Integração Social - PIS de 1,65% e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS de 7,6%. **32. Custos e despesas por natureza:**

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Custos operacionais "verticais"	(2.842)	(1.358)	(8.968)	(4.548)
Fetesa, publicidade e eventos	(134)	(1.394)	(134)	(1.394)
Aluguéis	(150)	(589)	(338)	(658)
Serviços de terceiros	(7.078)	(2.729)	(9.461)	(4.541)
Custos operacionais	–	–	(29.094)	(21.114)
Software e tecnologia	(7.682)	(3.867)	(7.766)	(3.946)
Salários e encargos	(13.787)	(7.706)	(28.016)	(14.977)
Despesas comerciais	(9.658)	(4.329)	(25.733)	(15.692)
PCLD	(350)	(648)	(392)	(648)
Depreciações e amortizações	(1.819)	(896)	(2.440)	(1.043)
Materiais	(77)	(218)	(436)	(324)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Valor justo sobre 10% aquisição Base Software	1.520	–	1.520	–
Custos receitas (despesas) indedutíveis	–	(4.530)	453	(5.671)
Outras receitas operacionais	(1.587)	84	(1.576)	95
Outras administrativas	(692)	(13.952)	(1.969)	(18.437)
Resultado custos e despesas	**(28.770)**	**(48.574)**	**(104.383)**	**(81.956)**

Demonstração do resultado do exercício

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Custos dos serviços prestados	(19.559)	(14.917)	(57.142)	(40.698)
Despesas com vendas	(8.658)	(4.329)	(25.733)	(15.692)
Créditos de liquidação duvidosa	(350)	(648)	(392)	(648)
Despesas gerais e administrativas	(10.325)	(23.928)	(18.989)	(28.927)
Depreciações e amortizações	(1.819)	(308)	(2.479)	(451)
Outras receitas (despesas) operacionais	(67)	(4.446)	349	(5.576)
Resultado custos e despesas	**(38.770)**	**(48.574)**	**(104.383)**	**(81.993)**

a. Custos Operacionais: São compostos por fartas bandarias por liquidação de boletos e outras tarifas como transferências entre contas via DOC/TED. **b. Despesas Comerciais:** São compostos basicamente por comissões pagas às agências da Companhia as quais são vinculadas com as receitas geradas pela controlada PJBank, despesas com folha de pagamento da equipe comercial e despesas de viagens relacionadas ao departamento comercial. **c. Outras despesas indedutíveis:** São compostas basicamente por comissões pagas às agências e a instituição financeira para captação de investimentos. **d. Outras administrativas:** Representam pelos honorários pagos a instituição financeira para a captação de investimentos, totalmente liquidados no ano. **e. PCLD:** Refere-se a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Vide nota explicativa nº 7(d). **f. Valor justo sobre 10% aquisição Base Software:** Refere-se ao ganho reconhecido após avaliar em 31/07/2020, para aquisição de 100% de participação, o valor justo de 10% da participação líquido da Base Software detido anteriormente. vide nota explicativa nº 3. **33. Receitas financeiras e despesas financeiras:**

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Despesa Financeira	(243)	(12)	(244)	(13)
Variação cambial passiva	–	(208)	(21)	(215)
IOF	–	(3)	–	(3)
Descontos concedidos	(180)	(132)	(269)	(212)
Despesas bancárias	(24)	(51)	(82)	(128)
Multas e comissões monetárias	–	(12)	(53)	(48)
Juros passivos	(584)	(63)	(632)	(63)
Juros sobre financiamentos	–	–	(373)	(58)
Perda com ações	(1.031)	(481)	(1.676)	(741)
Receita Financeira				
Rendimentos sobre aplicação financeira	1.989	77	2.382	493
Variação cambial ativa	7	15	7	15
Juros ativos	106	90	120	95
Descontos obtidos	–	14	4	4
Outras receitas	154	21	200	246
	2.256	**203**	**2.723**	**853**
Resultado Financeiro	**1.225**	**(278)**	**1.047**	**112**

34. Cobertura de seguros: Em 31/12/2020, a Companhia adotou os seguintes riscos operacionais era composta por R$ 15.000 para danos materiais (R$ 2.000 em 2019). **35. Eventos subsequentes:** Não foram identificados eventos ocorridos entre 31/12/2020 até a data de aprovação da emissão desta demonstração financeira.

A Diretoria

Contador: Renato Hayashi Yamaouchi

CPF 331.746.038-54 - CRC-SP nº 248841/O-7

Aos Acionistas e Diretores da **Superlógica Tecnologias S.A.** - Campinas - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Superlógica Tecnologias S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Superlógica Tecnologias S.A. em 31/12/2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixas individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nosso objetivo são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o nosso relativo. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24/03/2021. **KPMG Auditores Independentes** - CRC 2SP026957/O-1 F SP. **Rodrigo Cruz Bassi** - Contador - CRC 1SP261136/O-7.

Serimob - Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 10.452.930/0001-30 - NIRE 35300448243

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de Outubro de 2021

I. Data, Hora e Local da Assembleia: As 17:00h do dia 28 de outubro de 2021, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2277, 21º andar, sala 02, conjunto 2104, CEP 01452-000, Pinheiros, cidade e Estado de São Paulo. **II. Quórum:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **III. Convocação:** Dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **IV. Mesa:** Presidente: Sr. José Seripieri Filho, Secretária: Sra. Magda Zanata. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a proposta de redução do capital social no montante total de R$ 17.600.000,00 (dezessete milhões e seiscentos mil reais), por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social desenvolvido pela Companhia, com restituição de parte do valor aos acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social, em moeda corrente do país e sem o cancelamento de ações, passando o capital social da Companhia de R$ 136.539.134,71 (cento e trinta e seis milhões, quinhentos e trinta e nove mil, cento e trinta e quatro reais e setenta e um centavos) para R$ 118.939.134,71 (cento e dezoito milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e trinta e quatro reais e setenta e um centavos). b) Aprovar, em consequência do disposto no item (a) acima, a modificação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a viger com a seguinte redação: "**Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de R$ 118.939.134,71 (cento e dezoito milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e trinta e quatro reais e setenta e um centavos), dividido em 136.360.037 (cento e trinta e seis milhões, trezentos e sessenta mil e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal". c) Registrar que as deliberações tomadas nesta Assembleia só se tornarão efetivas depois de transcorrido o prazo legal de 60 (sessenta) dias para oposição de credores quirografários, na forma do Artigo 174 da Lei nº 6.404/76. d) Fica a administração da Companhia permanente autorizada a publicar esta ata, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76, bem como praticar todos os demais atos necessários para a formalização da redução de capital ora aprovada. e) Autorizar a lavratura da ata a que se refere a presente Assembleia na forma sumária, nos termos do Artigo 130, §1º da Lei 6.404/76. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia, sendo que foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos acionistas presentes. São Paulo, 28 de outubro de 2021. José Seripieri Filho - Presidente, Magda Zanata - Secretária. Acionistas Presentes: **L2 Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, José Seripieri Filho.**

Odata SP 01 S.A.

CNPJ/ME nº 17.547.440/0001-73 - NIRE 35.300.472204-7

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 13/10/2021

I. Data, Horário e Local: 13/10/2021, às 15h, na sede social da Companhia. **II. Convocação:** Dispensada, presença da única acionista da Companhia, representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **IV. Mesa:** Ricardo Alário Arantes - Presidente; Rafael Bomeny Paulo - Secretário. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a celebração, pela Companhia, na qualidade de cedente, do 1º Aditamento ao *Loan Agreement* celebrado em 4/11/2020 com a International Finance Corporation ("Credor") e com a Odata Brasil S.A. ("Odata Brasil"), na qualidade de devedora principal ("Contratos de Empréstimo"), para a contratação de um financiamento adicional, pelo valor principal de USD 30.000.000,00, com pagamento dividido em 16 parcelas, iniciadas em 15/11/2022 e findas em 15/05/2030, e juros remuneratórios correspondentes à taxa fixa de 4,80% a.a. calculada sobre o saldo devedor a partir da data de liberação dos recursos até sua plena liquidação ("Juros Remuneratórios", com pagamento de Juros Remuneratórios semestrais ("Empréstimo B1"), totalizando um financiamento global no valor de USD 60.000.000,00, sendo que o Empréstimo B1 compartilhará das mesmas garantias oferecidas no âmbito do Contrato de Empréstimo 1º Aditamento e Consolidação ao Contrato de Empréstimo"); (ii) a celebração, pela Companhia, dentre outras avenças, refletir as disposições